



Ministério do Meio Ambiente
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

RESOLUÇÃO CNRH Nº ____, DE ____ DE _____ DE 2010

Determina à Agência Nacional de Águas - ANA a realização de estudos na Região Hidrográfica do Paraguai e suspende a emissão de outorgas preventivas de uso de recursos hídricos na mesma região hidrográfica.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, do Ministro de Estado do Meio Ambiente; e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por decreto não numerado de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água, em todos os níveis, assim como assegurar a ampla participação e cooperação das comunidades voltadas ao alcance dos objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos ou estabelecidos em convenções, acordos e resoluções, a que o Brasil tenha aderido;

Considerando que a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou resolução que proclama o período de 2005 a 2015 como o Decênio Internacional para a Ação: “Água para a Vida”;

Considerando que o Pantanal Mato-grossense é patrimônio nacional, nos termos do § 4º do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, e que nesse frágil ecossistema o balanço hídrico é negativo, em face das altas taxas de evaporação verificadas;

Considerando que é cediço que o clima está em franco processo de alteração em nosso planeta e que maiores temperaturas são esperadas para a região do Pantanal Mato-grossense;

Considerando que a utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sustentável se constitui em objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos;

Considerando que também são objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos a garantia da disponibilidade de água às futuras gerações e a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos, naturais ou não;

Considerando que os aproveitamentos hidroenergéticos têm compromissos extrínsecos multiusos diversificados desde o advento do artigo 143 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), no qual as exigências acauteladoras dos interesses gerais não são limitadas, apenas exemplificadas;

Considerando que os únicos usos de recursos hídricos que dependem de desníveis são a geração hidroenergética e a navegação, usos não consuntivos de recursos hídricos, respectivamente como potenciais hidráulicos ou como profundidades;

Considerando que na Região Hidrográfica do Paraguai os aproveitamentos hidroenergéticos, quer sejam a fio d'água, quer sejam dotados de reservatório de acumulação, têm suas repercussões para além das fronteiras nacionais, extrapolando comissiva ou omissivamente o âmbito dos estados (unidades federadas) em que estão implantados;

Considerando que a Região Hidrográfica do Paraguai também recebe contribuições hídricas da República do Paraguai e do Estado Plurinacional da Bolívia, resolve:

Art. 1º - Determinar que a Agência Nacional de Águas – ANA estude toda Região Hidrográfica do Paraguai objetivando a construção de reservatórios de acumulação nas partes altas e o aumento da disponibilidade hídrica nas partes baixas, principalmente no Pantanal Mato-grossense, assim como a reprodução artificial do hidrograma ecológico pantaneiro, notadamente em eventos hidrológicos críticos. Esses estudos, realizados dentro do princípio do desenvolvimento sustentável:

- I. serão obrigatoriamente multiusos e baseados em inventários de potenciais hidráulicos das bacias hidrográficas e nas suas respectivas divisões de quedas, sendo que estas terão como prioridade, pela ordem:
 - a) o aumento da disponibilidade hídrica;
 - b) a maximização da geração hidroenergética e da navegabilidade;
 - c) os demais usos de recursos hídricos.
- II. estimarão as contribuições hídricas exteriores à Região Hidrográfica do Pantanal e as repercussões do aumento da disponibilidade hídrica fora do território nacional, com vistas a embasar possíveis acordos internacionais com os seus propósitos e conclusões;
- III. conceberão eclusas para cada barramento a ser construído em curso d'água navegável ou potencialmente navegável da Região Hidrográfica do Paraguai, desenvolvendo seus projetos dentro da concepção multiuso do barramento, que deverá ser otimizada como um todo, sem privilégios; dotando essas eclusas de economizadores de água e planos de expansão de capacidade de tráfego;
- IV. poderão considerar a possibilidade da construção de aproveitamentos a fio d'água na partição de quedas, desde que eles sejam a exceção e não a tónica;
- V. considerarão a possibilidade da captação das águas turvas, naturais e ricas em nutrientes essenciais aos ecossistemas aquáticos de jusante, a montante dos remansos de águas altas dos reservatórios dos barramentos que idealizar, notadamente nos de pequena exten-

são longitudinal, por intermédio de canais independentes e paralelos a tais reservatórios, de sorte a evitar a decantação desses nutrientes;

- VI. considerarão a hipótese de transformação dos empreendimentos hidroenergéticos em operação e em fase de construção em empreendimentos multiuso, dentro do espírito que norteiam esses próprios estudos;
- VII. procurarão compatibilizar a utilização dos existentes aproveitamentos multiusos dotados de reservatórios de acumulação, ou sejam, dos que alteram o regime de cursos d'água, com os propósitos espelhados no *caput* deste artigo;
- VIII. serão coroados com o desenvolvimento de um sistema que permita o controle das efluências de todos os barramentos da Região Hidrográfica, com vistas à reprodução, o mais próximo possível, do hidrograma ecológico pantaneiro.

Parágrafo único – O aumento da disponibilidade hídrica e a reprodução artificial do hidrograma ecológico pantaneiro terão prioridades sobre os demais uso de recursos hídricos, em situações que não de escassez.

Art. 2º - Suspender a emissão de outorgas preventivas de uso de recursos hídricos que tenham por finalidade a declaração de reserva de disponibilidade hídrica na Região Hidrográfica do Paraguai, até que os estudos de que trata o artigo primeiro desta resolução sejam concluídos e sobre eles este conselho tenha se pronunciado.

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se a recursos hídricos de domínio da União e a recursos hídricos de domínio dos estados (unidades federadas).

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA
Presidente

SILVANO SILVÉRIO DA COSTA
Secretário Executivo